

As falácias em torno da proposta de guerra de quarta geração

Érico Esteves Duarte

Introdução.

A idéia de uma guerra de quarta geração surgiu de um exercício de planejamento ao se conceber cenários alternativos no encaminhamento da guerra ao fim da década de 1980. Tal exercício foi repetido no contexto de encaminhamento do fim da Guerra Fria e de se lançar idéias ‘fora da caixa’, ou seja, a proposta de se elaborar perspectivas alternativas dos padrões correntes e tradicionais de ameaças aos Estados Unidos. Tal exercício, apesar de sua oportunidade, recorria mais à criatividade de seus proponentes do que a coerência de suas proposições. Ela mesclou e produziu perspectivas inconsistentes e não necessariamente embasadas em alguma teoria ou conhecimento histórico (Echevarria II 2005, p. 2-3).

A apresentação com registro mais antigo dessa especulação é “The changing face of war: into the fourth generation” de William Lind em co-autoria com os oficiais Keith Nightengale, John F. Schmitt, Joseph W. Sutton e Gary I. Wilson, e publicada em 1989 no periódico *Marine Corps Gazette* e reafirmada em 1994 por Thomas Hammes em “The evolution of war: the fourth generation”.

Além dessa apresentação original, a idéia de guerra de quarta-geração foi recuperada outras duas vezes. A primeira imediatamente ao fim da Guerra Fria e assimilada à proposição de ‘transformação da guerra’ em Creveld (1991) e a ‘novas guerras’ em Kaldor (1999). Mais recentemente, após o 11 de Setembro, a idéia de guerra de 4ª geração teve um último e mais forte alento pelo livro *The sling and the stone: on war in the 21st century* de Thomas X. Hammes em 2004, e suas sucessivas emendas e defesas em artigos (Hammes 2005, 2007b, 2007c, 2007a; Lind 2001).

Não é possível pelos limites de espaço a síntese de todos os argumentos da proposta, e o autor pede a compreensão do leitor pela omissão. Porém, sugere a leitura de resumos

disponíveis em: Echevarria II (2005), Osinga (2007) e, principalmente, na coletânea organizada por Karp, Karp e Terriff (2008).

As falácias da proposta de guerra de 4ª geração.

Em boa medida, o presente trabalho é um esforço de editoração entre as várias críticas existentes contra a proposta de guerra de 4ª geração (G4G). Utiliza-se como estruturador do esforço o manual de metodologia científica Fischer (1970) *Historians' fallacies*. Tal obra é útil porque organiza os erros mais comuns em trabalhos acadêmicos segundo a estrutura formal de um documento científico.

As Falácias de Proposição: Teleológica, Baconiana e Tautológica.

Teleologismo é um ramo de reflexão filosófica que tenta absorver as causas futuras de um evento, determinando as condições presentes relativas a elas. Apesar de qualquer boa intenção de que se possa ter, o forte conteúdo normativo da proposta compromete todo seu conteúdo conceitual e analítico (Carr 1981, p. 11). A falácia baconiana (atribuída a Francis Bacon) é uma das mais graves em qualquer tentativa de empreitada intelectual. Ela produz um tipo de reflexão sem hipóteses nem inclinação a qualquer tipo de teste. Ainda assim, mesmo sem esses elementos conceituais de partida bem estabelecidos, opera-se sobre a História (Fischer 1970, pp. 3-8).

A proposta de G4G ambiciona enquadrar uma condição futura em que o Ocidente terá que se antecipar mudando a maneira como pensa e se prepara para a guerra, pois essa “será progressivamente não-trinitária [ou seja, distinta dos termos conceituais de Clausewitz] e conduzida fora do arcabouço estado-nacional” (Lind, Schmitt, & Wilson 1994, p. 34, apud.; Echevarria II 2005, p. 5). E com essa promessa, os proponentes da G4G querem mudar tudo o que se pensa sobre guerra em geral (Schuurman 2010, p. 89).

O problema, portanto, é que a proposição de G4G estabelece um determinismo retroativo: pela antecipação do que se possa ocorrer no futuro se re-enquadra todo o passado. Isso tem efeito nefasto sobre todo o edifício de argumentação dessa proposta e,

como bem aponta Evans (2008 pp. 68-69), torna o pleito de seus proponentes impossível de ser considerado em seus próprios termos:

Fourth-generation warfare is the greatest change in war since the Peace of Westphalia in 1648, and it undoes what that treaty established: the state's monopoly on war. It also marks a return to a world of cultures, not merely states, in conflict, and the collapse of both the state and our traditional Western culture here on our own soil. Over time, it may prove as momentous as the fall of the Roman Empire (Lind 2001, p. 72).

A idéia de G4G não estabelece nenhum ponto de partida conceitual (Freedman 2008, p. 85), nem pontua sobre os conceitos básicos da guerra como ataque e defesa, estratégia e tática. Tão mais grave que isso, não expõe o conteúdo dos termos que utiliza abundantemente, como: geração e cultura, assimetria e simetria (Curtis 2005, pp. 19-20). Isso tem três conseqüências.

A primeira é que os proponentes de G4G utilizam da História como querem, citando Fischer, como que “fossem vagueando pela escura floresta do passado, reunindo fatos como se fossem nozes e bagas, até que tivessem o suficiente para produzir uma verdade geral. Então, [eles] conserva[m] essas verdades gerais até que se tenha uma verdade completa” (Fischer 1970, p. 4).

A segunda conseqüência é que a proposta é muito mais similar a um sistema filosófico, de maneira que a G4G é hermética, sem inserção ou diálogo com outros pensadores ou obras sobre a guerra. Por isso, é apenas possível de se posicionar contra ou a favor a ela integralmente (Curtis 2005, p. 19; Evans 2008, pp. 68-69).

A terceira conseqüência é a implicação de outra falácia – a tautologia, pois a proposição da G4G é de tal forma elaborada que se pode ser aceita como verdadeira por definição, pois ela não pode ser empiricamente confrontada sem se contradizer inteiramente (Fischer 1970, pp. 31-34).

As falácias de pseudo-verdade: presumível mudança, periodização e composição.

A falácia da pseudo-verdade relaciona-se à abordagem que parece ser comprometida com a verificação de uma proposição precisa e representativa, mas que se prova, a partir de uma inspeção mais minuciosa, completamente sem sentido (Fischer 1970, pp. 43-

45). Tal falácia pode ser ramificada em outras três que sugerimos úteis ao estudo. A falácia da presumível mudança tem a suposição de uma inércia dinâmica sobre os eventos sociais que perpetuam sua continua evolução como algo consensual sem necessidade de apropriada qualificação (Fischer 1970, pp. 154-155). A falácia da falsa periodização assinala inapropriadamente periodizações a um problema histórico, provando-se artificial (Fischer 1970, pp. 144-146). A falácia de composição refere-se à categorização de um grupo por propriedades que não são representativas ou consistentes com as propriedades de seus membros (Fischer 1970, pp. 219-221).

O elemento central da proposta de G4G é a tese que as características fundamentais da guerra são sujeitas à mudança, o que faz a guerra sujeita ao desenvolvimento através de fases distintas. Tal tese é apenas presumida, mas nunca qualificada. Ainda assim, tenta enquadrar a história da guerra, referenciando o entendimento que os estados possuíram o monopólio da guerra desde 1648 pela Paz de Westfália e que isso se encerra com as guerras de 4ª geração, através do agravamento dos elementos (não-) linearidade e dispersão na guerra. Compreende-se que neste ponto, os proponentes de G4G aderem à perspectiva de Creveld (1991; 2008) em que a guerra contemporânea teria sido transformada de uma componente trinitária – povo, forças combatentes e Estado-Nacional. Acusam que a base teórica contemporânea e convencional baseada em Clausewitz é dispare da prática atual não-convencional, por isso demandam nova conceitualização (Evans 2008, p. 67).

Em primeiro lugar, argumenta-se que a Paz Westfália nunca teve essa a ambição de monopolizar a guerra nas mãos dos Estados, e nem poderia por ser apenas um documento entre potências e não determinismo fenomenológico. Como bem aponta Echevarria (2005 pp. 8-9), o acordo que encerrou a Guerra dos Trinta Anos tinha três artigos principais: (i) os príncipes não poriam fazer acordos contra o Imperador e vice-versa; (ii) os príncipes que mudassem de religião não perderiam suas posses; (iii) o tratado sobre soberanias não prevenia contra intervenções estrangeiras. Portanto, nunca se ambicionou dar aos Estados o monopólio sobre o uso da força, que continuou a ser perpetrada por cidades, ligas e nobres. O que deflagrou a concentração da conduta da guerra por estados foi uma questão de custos pelo desenvolvimento da artilharia, do exército profissional e permanente e pela expansão deste em consequência da necessidade incorporar armas combinadas (Münkler 2003, p. 9).

Na caracterização da guerra moderna de 1ª geração e sua superação, a proposta de G4G toma como equivalentes os exércitos dos séculos 17, 18 e 19, o que é grosseiro. Da mesma maneira, na articulação das gerações ao longo do século não assinalam qualquer manifestação sobre desenvolvimentos importantes do século 20 como poder aéreo, armamento nuclear, mísseis balísticos e de cruzeiro (Curtis 2005, pp. 20-21; Maccuish, 2008).

A grande contradição da proposta é a delimitação do que seja uma ‘geração da guerra’. Geração sugere a evolução descendente com a passagem do tempo, mas não existe relação geracional entre os períodos definidos originalmente por Lind. Por exemplo, não existe relação descendente entre a segunda e terceira gerações da guerra que surgiram a partir de 1917 paralelamente nos exércitos francês e alemão, respectivamente. Uma geração não gerou a outra. Assim, a quarta geração, por sua vez, não é a ‘quarta’ nem uma ‘geração’ porque a segunda não deu luz à terceira (Curtis 2005, p. 22; Ferris 2008, pp. 75-77).

Tal sistematização fica ainda mais contraditória na análise histórica de Hammes, que aponta o início da guerra de 4ª geração com Mao Tse-Tung. Conseqüentemente, Hammes contradiz o argumento original de Lind e a si mesmo ao estabelecer a quarta geração da guerra na década de 1920, contemporaneamente as guerras de segunda e terceira gerações, segundo Lind (Curtis 2005, p. 25; Sorenson 2008, p. 95).

De fato, os proponentes confundem variações perceptíveis ou sensíveis com mudanças fundamentais, não sendo capazes de diferenciar aspectos contextuais de aspectos estruturais da realidade histórica. Isso torna sua inspeção histórica repleta de lacunas, arbitrariedade e contradição (Evans 2008, pp. 68-69; Schuurman 2010, pp. 90-91).

As falácias de pseudo-ciência: reducionismo e mecanicismo.

Reducionismo é a redução da complexidade para simplicidade em explicações causais (Fischer 1970, pp. 173-175). Mecanicismo é o tratamento de várias componentes de uma situação social como se elas fossem isoláveis, adicionáveis e destacáveis segundo à orientação da explicação causal (Fischer 1970, pp. 178-179).

A proposta de G4G, em nenhum momento, denota ser uma estratégia ou plano de guerra e concentra seu foco de análise em métodos de enfrentamentos. Ainda assim, estabelece

que a guerra é transformada radicalmente a partir de causas aleatórias; que geram ondas de alterações determinísticas na vitória e na derrotas de qualquer guerra recorrente; e lançam a promessa que a chave da vitória está em dominar de maneira antecipada as características da próxima geração de transformação. Já se argumentou anteriormente contra a perspectiva de *Transformation* que nunca ambicionou qualquer cientificidade mas apenas expediência administrativa (Proença Júnior 2004; Proença Júnior & Duarte 2008). A ambição da proposta de G4G é de uma natureza similar, mas ainda menos política e mais expediente, mas igualmente reducionista (Ferris 2008, p. 75).

Em particular porque os elementos geracionais parecem ser os atributos das forças derrotadas: a França revolucionária, as Alemanhas imperial e nazista, e mesmo os atuais insurgentes no Iraque e no Afeganistão, bem como os grupos terroristas islâmicos como Hamas e Hesbollah, não foram e não têm sido entidades políticas bem-sucedidas. Pelo contrário, se co-relacionamos os atores indicados pelos proponentes e os períodos geracionais, existe um declínio de desempenho ao passe que a guerra ‘evoluiu’.

De outro lado, a expectativa que exista uma ciência da vitória que garanta a erosão da vontade de lutar do oponente é insustentável desde que não existe método que possibilite sua indexação. Só se entende que um inimigo desiste de lutar quando ele realmente o faz. Echevarria (2005 pp. 10-12) enumera uma lista de casos históricos em que se tentou tal tipo de enquadramento sem sucesso, a destacar MacNamara e a contagem de baixas.

A falácia de etnomorfismo.

Ou seja, a construção das características de um outro grupo social pelos termos do analista, ignorando as reais especificidades do primeiro (Fischer 1970, pp. 224-225).

Um das principais críticas à proposta de G4G é ela ser completamente imprópria na correspondência com a realidade contemporânea de grupos terroristas islâmicos (Echevarria II 2005, p. 3; Thornton 2008, p. 88). Aponta-se que os grupos islâmicos como Hamas, Hezbollah e Al-Qaeda não buscam se mesclar as sociedades ocidentais para colapsá-las. Seus ataques não visam exclusivamente ou principalmente às sociedades inimigas. Esses grupos não buscam a paralisia psicológica. Por fim, esses

grupos utilizam de meios armados completamente distintos dos armamentos altamente sofisticados dos proponentes da guerra de 4ª geração.

Por um lado, apesar da importância tática do anonimato e da surpresa, grupos como Hamas e Hezbollah, e em menor grau o Al-Qaeda, buscam, na verdade, estruturação social articulando-se por através de sociedades islâmicas mundo afora para mobilização de recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros. Esses grupos não são simplesmente forças combatentes em dispersão nas sociedades ocidentais. Ao contrário disso, esses grupos possuem e expandem estruturas físicas de grande envolvimento nas sociedades islâmicas através de escolas, clínicas, parques, centros juvenis e de movimentos políticos. Portanto, envolvem-se em algum tipo de governança política, com estruturas administrativas e serviços logísticos substantivos.

Por outro lado, seus ataques visam atingir sociedades ocidentais, mas primeiramente atingir suas próprias sociedades. Seja por ataques diretos ao seu governo ou representações políticas adversárias, seja indiretamente ao atacar sociedades ocidentais a fim de provocar sua retaliação maciça em suas sociedades. Estatisticamente, é possível precisar que a maioria dos ataques terroristas desde o 11 de setembro de 2001 são contra populações islâmicas, seja em atribuição da destruição e mortes à presença ocidental no Islã, seja aos governos islâmicos laicos ou oponentes, ou ainda como uma forma de aterrorizar sociedades islâmicas. De uma maneira ou de outra, o objetivo principal desses ataques é a mobilização de recursos pela revolta popular. Portanto, os ataques terroristas são uma ação de força dentro de um enquadramento mais amplo de reforço e confrontação e, muitas vezes, o alvo tático imediato não é o público que se busca atingir politicamente (Diniz 2004).

As falácias de argumento: *ad novitam* e *prodigiosa*.

A falácia *ad novitam* é a expressão de uma defesa - implícita ou explícita - pela modernidade, novidade ou aquilo que seja mais recente de um fenômeno social (Fischer 1970, pp. 299-302). A falácia *prodigiosa* é a inconsistência de tomar um objeto - cuja sensação é prodigiosa, maravilhosa ou estupenda - como correspondente ao seu significado (Fischer 1970, pp. 70-74).

Echevarria (2005, p. 10) critica a proposição que redes transnacionais sejam algo inovador de uma futura geração. De um ponto de vista histórico, a confrontação transnacional sem identidade, mas por grupos sociais coligados por ideologia ou religião vem sendo muito mais a norma que a exceção. Desde as invasões bárbaras e guerras imperiais da Antiguidade, passando pelas disputas dinásticas e alianças transcontinentais do século 18 e 19 e chegando aos choques ideológicos de alianças globais do século 20 foram transnacionais (Echevarria II 2005, pp. 4-5; Münkler 2003; Münkler 2004). Além disso, como bem se reconhece em Lind *et al.* (1989), esse grupos insurgentes não são um fenômeno recente, muito menos seu estudo (Curtis 2005, p. 20; Echevarria II 2005, pp. 12-13; Schuurman 2010, p. 22; Thornton 2008, p. 88). E, da mesma maneira, pode-se dizer de exércitos convencionais de pouca eficácia durante certo período como os de EUA no Iraque e Afeganistão (Wirtz 2008, pp. 47-48).

A guerra de quarta geração mostra-se ainda anacrônica com a realidade bélica da virada do século 21. Cada vez mais existe a recorrência a armamentos tradicionais do que meios sofisticados, como robótica e energia concentrada. Para além do uso do celular e da internet, os grupos terroristas não objetivam a paralisia desses meios, mas seu uso como meios de comunicação como fazem qualquer força armada ocidental. Se adicionarmos as guerras do continente africano ou por grupos armados africanos contra outras sociedades (os piratas somalis, por exemplo), fica ainda mais explícito o uso da força da maneira mais tradicional possível através de rifles, granadas, machados e força bruta (Echevarria II 2005, pp. 3-4; Sorenson 2008, p. 95).

A proposta de Guerra de 4ª Geração é documentada e datada, bem como suas reformulações. Explicitamente, os proponentes tentam identificar novas formas de combate que teriam se desenvolvido com a globalização. No entanto, o que se evidencia com a contextualização e re-apresentação é sua correspondência apenas consistente com os eventos internacionais e sua cobertura midiática (ver, por exemplo, Hammes 2007a; Lind 2001).

Adicionalmente, a proposição da G4G se prende em estabelecer sua argumentação quase exclusivamente do ponto de vista do enfrentamento e das proezas realizadas em cada geração em casos específicos de grande vitória (Evans 2008; McKenzie Jr. 1993). Por um lado, esse arcabouço histórico foi selecionado a fim de dar respaldo retórico à proposição apesar das contradições internas dos conceitos apresentados (Freedman

2008). Por outro lado, desenvolve uma perspectiva histórica de casos de capacitação de certos comandantes equipados para realizar proezas militares, o que supõe que o único papel do governo e da sociedade é prover os meios corretos aos comandantes e de que a vitória estaria resumida a isso (Wirtz 2008, pp. 47-48).

Conclusão.

O presente ensaio advoga contra a proposta de guerra de quarta geração. Ele adere, sintetiza e informa as críticas que apontam que tal proposta não é útil, consistente ou razoável. Mais do que uma moda, ela recupera de maneira desarticulada premissas e vieses que já foram contestados em outras oportunidades quanto à transformação da guerra, a sobrevalorização da tecnologia e de propostas arcaicas e já descartadas de uma ciência do exército perfeito e da vitória (Duarte 2009; Proença Júnior & Duarte 2007; Proença Júnior & Duarte 2008; Proença Júnior & Duarte 2009).

Ela é uma proposta plena de proposições falaciosas, não-falseáveis e, por isso, pseudo-científicas. E podem ser aderidas apenas dogmáticamente de maneira integral e sem escrutínio. Além do seu conteúdo, existem dois aspectos negativos da perspectiva.

Por um lado, ela toma a guerra e suas causas (apontadas como) imediatas, tecnologia e idéias, emancipadas da sociedade e da política, tornando-as inócuas, bem como irrelevantes as razões porque se luta. Por outro lado, ela simplesmente ignora o oponente, resumindo a questão bélica a uma questão de formas de enfrentamentos independente de quem se enfrente.

Advoga-se que a proposta de guerra de 4ª geração é das propostas mais prenes de falácias e das mais inconseqüentes. Portanto, deve ser descartada como um exercício reflexivo, posição de debate público ou elemento de consideração da atividade de preparação para a guerra.

Bibliografia citada.

CARR, E. H. (1981) *Vinte anos de crise*. Brasília: Ed. UnB.

CREVELD, Martin Van. (1991) *The transformation of war: the most radical reinterpretation of armed conflict since Clausewitz*. Nova York: Free Press

_____. (2008) “It will continue to conquer and spread”, in KARP, KARP e TERRIFF (orgs.). *Global Insurgence and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.

CURTIS, Vincent. (2005) “The theory of fourth generation warfare”. *Canadian Army Journal*, vol. 8, n° 4. Kingston: CLS Detachment.

DINIZ, Eugenio. (2004) “Compreendendo o fenômeno do terrorismo”, in: Brigagão & Proença Júnior (orgs.) *Paz e Terrorismo*. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 197-222.

DUARTE, Érico. (2009) “A análise crítica de clausewitz (kritik): o potencial epistemológico da teoria da guerra”, in: Svartman, D’Araújo e Soares, (orgs.). *Textos selecionados do II encontro nacional da ABED*. São Paulo: Mercado das Letras, pp. 39-62.

ECHEVARRIA II, Antulio. (2005) *Fourth-generation war and other myths*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

EVANS, Michael. (2008). “Elegant Irrelevance Revisited: a Critique of Fourth Generation Warfare”, in Karp, KARP e Terriff (orgs.). *Global insurgence and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.

FERRIS, John. (2008) “Generations at war?”, in Karp, Karp e Terriff (orgs.). *Global insurgence and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.

FISCHER, David. H. (1970) *Historians' fallacies: toward a logic of historical thought*. Nova York: Harper & Row, Publishers.

FREEDMAN, Lawrence. (2008) “War Evolves into the Fourth Generation Warfare: a Comment on Thomas X. Hammes”, in: Karp, Karp e Terriff (orgs.). *Global insurgence and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.

HAMMES, Thomas. (2005) "Dealing with uncertainty." *Marine Corps Gazette*, vol. 89, n°11. Quantico: Marine Corps Association.

_____. (2007a) "Fourth generation warfare evolves, Fifth Emerges." *Military Review*, vol. 87, n° 33. Fort Leavenworth: US Combined Arms Center.

_____. (2007b) "Countering evolved insurgent networks". *Marine Corps Gazette*, vol. 91, n° 10. Quantico: Marine Corps Association.

_____. (2007c) The message is the insurgency. *Marine Corps Gazette*, vol. 91, n° 11. Quantico: Marine Corps Association.

KALDOR, Mary. (1999) *New and old wars: organized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press.

KARP, Regina; KARP, Aaron; e TERRIFF, Terry. (2008) *Global insurgency and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.

LIND, William. (2001) "Fourth-generation Warfare's first blow: a quick look. *Marine Corps Gazette*, vol. 85, n° 11. Quantico: Marine Corps Association.

LIND, William; NIGHTENGALE; Keith, SCHMITT; John e WILSON, Gary. (1989) "The changing face of war: into the fourth generation." *Marine Corps Gazette*, Vol. 73, n°10. Quantico: Marine Corps Association.

LIND, William; SCHMITT, John, & WILSON, Gary. (1991) "Fourth Generation Warfare: Another Look. *Marine Corps Gazette*, vol. 78, n°12. Quantico: Marine Corps Association.

MACCUISH, Donald. (2008) "The Flight to irrelevance? Air power and fourth generation warfare, in: Karp, Karp e Terriff (orgs.). *Global insurgency and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.

MCKENZIE Jr., Kenneth. (1993) "Elegant relevance: the fourth generation warfare." *Parameters*, vol. 23, n° 3. Carlisle: US Army War College.

MÜNKLER, Herfried. (2003) "The wars of the 21st century." *International Review of the Red Cross*, vol. 85, n° 849. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2004) *The new wars*. Cambridge: Polity Press.

OSINGA, Frans. (2007) “On Boyd, Bin Laden, and fourth generation warfare as String theory, in: Olson (Org.), *On new wars*. Oslo.

PROENÇA JÚNIOR, Domício. (2004) “A great becoming: the "concept" of "transformation" and South American armed forces.” *Primeira Conferência Internacional do Forte Copacabana*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer/CEBRI.

PROENÇA JÚNIOR, Domício e Duarte, Érico. (2007) “Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 50, nº 1. Brasília: IBRI.

PROENÇA JÚNIOR, Domício e DUARTE, Érico. (2008) “Tecnologia, defesa nacional e segurança internacional: os limites das perspectivas ‘revolucionárias’ e ‘transformadoras’ da guerra contemporânea.” *VI Encontro da ABCP*. Campinas: ABCP.

PROENÇA JÚNIOR, Domício e DUARTE, Érico. (2009) “clausewitz e tecnologia: uma resposta a partir da teoria da guerra.” *SubRegional Conference on Hemispheric Defense*. Cartagena: Center for Hemispheric Defense Studies.

SCHUURMAN, Bart. (2010) “Clausewitz and the “New Wars” Scholars.” *Parameters*, vol. 40, nº 1. Carlisle: US Army War College.

SORENSEN, David. (2008) “The Mythology of Foyrth Generation Warfare: a Response to Hammes”, in: Karp, Karp e Terriff (orgs.). *Global insurgency and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.

THORNTON, R. (2008) “Fourth generation: a new form of warfare?”, in: Karp, Karp e Terriff (orgs.). *Global insurgency and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.

WIRTZ, James. (2008) “Politics with guns: a response to t.x. hammes' war evolves into fourth generation warfare”, in: Karp, Karp e Terriff (orgs.). *Global insurgency and the future of armed conflict: debating fourth-generation warfare*. Londres: Routledge.